

RESENHA

Book Review

SEGURANÇA INTERNACIONAL – PRÁTICAS, TENDÊNCIAS E CONCEITOS¹

Lucas Pereira Rezende²

Fruto da Rede de Pesquisa em Paz e Segurança Internacional, apoiada pelo CNPq via Programa Renato Archer, o livro em questão trabalha o tema da distribuição de recursos entre as principais potências após o colapso soviético e sua relação com as dinâmicas regionais de segurança, trazendo uma orientação para a inserção internacional brasileira via sua prioridade na Cooperação Sul-Sul, em especial após a eleição de Lula da Silva, através do entendimento fundamental das bases regionais de segurança.

Rafael Villa (USP) abre o livro tratando da relação dos EUA com a América do Sul e as dinâmicas do Complexo de Segurança Regional. Villa coloca algumas ressalvas quanto à premissa geral que a prioridade estadunidense para com a América Latina é baixa, mostrando que, paulatinamente, a região está sendo incorporada à lógica da “Guerra contra o Terror”, em especial após o 11 de setembro de 2001, o que contribui para a não criação de padrões regionais próprios de segurança. Isso seria tanto devido às diferentes prioridades defendidas pelos países da região quanto devido à percepção que a promoção da democracia é fundamental para a da segurança. Por fim, uma grande contribuição teórica para o conceito de complexo regional de segurança trazida por

1 CEPIK, Marco (ed.). “Segurança Internacional – Práticas, Tendências e Conceitos”. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. [ISBN 978-85-7970-024-8]

² Doutorando em Ciência Política – UFRGS, Mestre e Bacharel em Relações Internacionais – PUC Minas e Professor de Relações Internacionais – Facamp (lucasprezende@gmail.com)

Villa está na identificação que o modelo sul-americano é híbrido, juntando tanto atores estatais quanto não-estatais num complexo sem uma dinâmica autônoma de segurança.

O segundo capítulo cabe ao próprio Marco Cepik (UFRGS), que mostra como as experiências de integração e segurança regional da OCDE e da Organização para a Cooperação de Shangai podem servir de modelo para a Unasul. Segundo o autor, ainda que inédita em sua forma e estrutura, a Unasul deve evitar algumas medidas adotadas pelo modelo europeu, que, em sua amplitude de países e de temas, acabaria levando o modelo sul-americano à ineficácia. Já o modelo da OCS traz a vantagem de ser menos abrangente e mais pragmático, seu problema é o caráter autoritário dos regimes do bloco. A principal função potencial da Unasul é de tratar de temas de segurança comuns entre os Estados da região.

Mônica Herz (PUC-Rio) trata sobre a construção de confiança na América Latina no terceiro capítulo. A autora contesta que as relações entre os Estados da região sejam fruto da ontologia do sistema internacional, e afirma que, mesmo sob a existência do dilema da segurança, há uma construção de confiança na região que vai contribuir para a não consolidação de um paradoxo de segurança na América Latina.

Já o quarto capítulo, capitaneado por Alcides Costa Vaz (UnB), trata dos desafios da construção e mudança de um regime internacional, com foco para o da não-proliferação nuclear. Os autores apontam dificuldades internas e externas ao regime foco do estudo, mostrando que ele se encontra em situação delicada, devido às dificuldades encontradas para lidar com os impedimentos próprios mencionados.

O Brasil é estudado em perspectiva comparada por Eugenio Diniz (PUC-Minas) no quinto capítulo, nas questões de defesa, orçamento e projeto de força. Diniz compara os efetivos e equipamentos convencionais do país com os de Israel, Índia e África do Sul, e aponta um forte indício que o reaparelhamento das forças brasileiras deve ser tratado por uma perspectiva outra que não a da demanda do incremento de recursos no orçamento da Defesa.

Reginaldo Nasser e Carlos Gustavo Teixeira (Unesp/Unicamp/PUC-SP) tratam da relação entre a construção de uma ordem liberal e a Doutrina Bush no sexto capítulo. Os autores apontam o uso da força de forma preemptiva em determinadas circunstâncias

como a característica fundamental da política externa de W. Bush, de maneira distinta daquela do final da Guerra Fria. O capítulo culmina apontando que a expansão de uma ordem liberal através de instrumentos não-militares será essencial para uma *grande estratégia* bem sucedida por parte dos governos estadunidenses.

O sétimo capítulo cabe a Antonio Jorge Ramalho da Rocha, ao abordar a importância das instituições e da cultura política na *realpolitik*, processos políticos e a fragilidade estatal haitiana. Ramalho traz uma grande contribuição ao apontar o paradoxo das Operações de Paz da ONU (PKO), que tentam impor uma ordem tal que é contestada pelas lideranças políticas locais, salientando a tensão existente entre os conceitos de segurança humana e segurança nacional, o que faz com que as PKO acabem contribuindo para a fragilidade estatal.

As PKO continuam como foco de estudo no último capítulo, vistas sob a ótica da Paz Democrática por Paulo Esteves (PUC-Minas). A ordem internacional do pós-Guerra Fria, para Esteves, é constituída por elementos da Paz Democrática, e as PKO estabelecidas principalmente após a mudança das agendas de Boutros-Ghali passaram a incorporar, cada vez de maneira mais central, a imposição de uma ordem democrática nas missões de construção do Estado pós-conflito.

Trazendo elementos e abordagens diversas, o livro contribui não apenas para a consolidação da Rede de Pesquisa em Paz e Segurança Internacional, seu objetivo fundamental, mas também para a compreensão das principais dinâmicas regionais de segurança e como O Brasil, via seus acadêmicos e tomadores de decisão, pode amadurecer e aprofundar os estudos de segurança no país e em sua região.

Artigo recebido dia 06 de novembro de 2011. Aprovado em 01 de dezembro de 2011.